

Econ. Brasil

Sem Paralelo

O ágio do dólar paralelo em relação ao dólar comercial caiu a menos de 1% ontem. A marca, sem paralelo no mês de dezembro, é a prova de que, apesar das dificuldades, há um início de reversão das expectativas na área econômica, confirmada pela queda das taxas de juros nos mercados futuros e pelo declínio dos índices de inflação.

O país não chegou à hiperinflação anunciada há 40 dias por economistas, inclusive o ex-ministro e deputado federal, Delfim Netto (PDS-SP), que consideravam inevitável novo choque depois que o dólar chegou a Cr\$ 1.050, movido por forte especulação no dia 29 de outubro. O dólar recuou ontem para Cr\$ 930, com as casas de câmbio forçando para baixo a taxa de compra. Empresários estão trazendo dólares do exterior para obterem capital de giro e fugirem dos altos juros bancários.

A política de juros altos mantida há dois meses pelo Banco Central deu resultado, freando a alta de preços. Mais cedo que se esperava, o país caminha para alcançar a estabilização econômica em 1992. Sem choques, maxidesvalorizações, fórmulas ou segredos, como sempre recusou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira — defensor desde à sua posse, em maio, da “estabilidade nas regras do jogo”.

Apesar do ligeiro recuo nos índices de inflação de dezembro (a primeira parcial do IGP-M deu 8,74%, contra 9,81% em novembro), ainda é cedo para comemorar os resultados. O último reajuste dos combustíveis e o aumento do salário mínimo em janeiro podem gerar pressões inflacionárias no lado dos custos das empresas na virada do ano.

Não se pode descartar, também, que a aprovação da reforma fiscal de 1992 esta semana pelo Congresso, reforçando a probabilidade de o *board* do FMI aprovar em janeiro a carta de intenção do Brasil, pode resultar em novas pressões de custos fiscais para as empresas e pessoas físicas, esfriando ainda mais o consumo.

O Brasil pode se ver às voltas com pressões inflacionárias de custos, mas que seriam neutralizadas, em parte, pela queda de preços devido à maciça liquidação dos estoques encalhados no fim de ano. As próprias previsões cautelosas do governo indicam um primeiro trimestre muito duro. Há risco de aprofundamento da recessão, das demissões, de aumento de desemprego e de quebra de empresas com excesso de estoque.

Este é o preço inevitável e amargo para se alcançar a estabilidade econômica. Não há dor pior que o descontrole da inflação para qualquer sociedade. Apesar das experiências fracassadas — e dolorosamente pagas pela sociedade brasileira — nossos economistas de plantão teimam em sugerir propostas mágicas e ministrar panacéias contra a inflação.

Não há regras específicas para se combaterem os males da economia brasileira. O que vale e está provado em todo o mundo é a velha ortodoxia econômica, que subordina os gastos públicos à possibilidade da receita. É isso que o ministro da Economia persegue. Não se faz omelete sem quebrar ovos. Tudo o mais são invencionices de quem concebe a economia como ciência capaz de fazer experiências na própria sociedade.

As mudanças ainda se processam na superfície da economia, mas já arquivaram o longo reinado de palpites e experiências dos economistas brasileiros. Já era tempo de que eles e os políticos se convencessem de que não se consegue, por decreto, fazer uma economia crescer como o Japão ou exibir uma inflação baixa como a Suíça.

A crise econômica se resolve em termos políticos, como ficou claro no encontro do diretor-gerente do FMI com as lideranças partidárias. O Brasil precisa encarar rapidamente a realidade e fazer o indispensável à estabilidade econômica, pois a economia só funcionará efetivamente, para fora e para dentro, depois de alcançada a estabilidade.

11 DEZ 1991
JORNAL DO BRASIL